

Termos e Condições de Uso

As soluções tecnológicas da Debit e seus produtos afiliados (conjuntamente denominados “Plataforma Debit”) são pertencentes e operados pela Debit Processamento de Dados Eireli (“Debit”), registrada sob o CNPJ/MF 08.060.974/0001-72, com sede à Rua Vergueiro, 2253 - Vila Mariana, São Paulo - SP, 04101-100. Você pode entrar em contato conosco pelo endereço: <https://www.maisjuridico.com.br/faleconosco.php> .

A Plataforma Debit oferece, dependendo do pacote de serviços contratado (“Serviços”):

- a) Versão para cadastramento manual:
 - i) Controle e cadastramento manual de processos, cliente, andamento, agenda, controle financeiro (“Controle”) e gestão eletrônica de documentos (“GED”), cujos serviços em sua totalidade denominam-se como “Gestão de Processos”;
- b) Versão com ferramentas supletivas de automação cadastral:
 - i) Serviço supletivo à consulta processual realizada diretamente pelos advogados e sociedades de advogados (“Contratante” ou “Contratantes”), permitindo aos interessados a facilitação no controle de processos, para que possam baixar publicações do Diário Oficial e andamentos disponibilizados nos sites dos órgãos competentes; (“Serviço de Busca”).

Estes Termos e Condições de Uso, em conjunto com os demais contratos e a nossa Política de Privacidade, estabelecem os termos e condições aplicáveis à utilização de nossa Plataforma Debit e aos serviços que serão prestados pelo Mais Jurídico a Você. É muito importante que Você leia e compreenda estas regras, bem como outras regras que possam ser aplicáveis, incluindo aquelas advindas (i) do Código Civil, (ii) da Lei nº 8.904/1994 (“Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil”) e (iii) do Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil. Ao utilizar nossos Serviços, o usuário assume e expressamente concorda com estes Termos e Condições de Uso.

Aviso importante: Todas os andamentos são remetidos conforme publicação nos diários oficiais ou diários eletrônicos dos tribunais, sendo disponibilizados no decorrer do dia.

Atenção: Ressaltamos que o Serviço de Busca e cadastro automático de andamentos é meramente supletivo não dispensando, portanto, a fiscalização direta sobre o andamento dos processos por parte dos Contratantes.

Caso Você, advogado ou representante da sociedade de advogados da qual pertence, queira utilizar o Serviço para buscar e cadastrar andamentos por meio da Plataforma Debit (neste caso “Usuário Contratante”), será requerida a criação de uma Conta de Usuário. Em tal caso, Você estará expressamente concordando e anuindo com os Termos e Condições Adicionais para Contratantes (Parte II abaixo).

Estes Termos e Condições de Uso podem ser alterados a qualquer momento, e Você será previamente informado caso isso aconteça. Caso Você não concorde com alguma mudança feita nestes Termos, recomendamos que encerre sua Conta e interrompa a utilização da Plataforma Debit. Caso não encerre sua Conta, considerar-se-ão aceitos estes Termos e Condições de Uso. A última versão destes Termos e Condições de Uso sempre estará disponível no endereço: [\[https://www.maisjuridico.com.br/termos.pdf\]](https://www.maisjuridico.com.br/termos.pdf). Salientamos que tais alterações serão aplicáveis aos nossos serviços prestados a Você desde o momento em que forem disponibilizadas na Plataforma Debit. Algumas condições disponíveis em avisos legais em outros locais da Plataforma Debit podem substituir ou complementar estes Termos e Condições de Uso aplicados ao produto Mais Jurídico, desde que expressamente previsto em cada caso.

Qualquer pessoa que utilizar nossos Serviços, o que inclui a simples visita à Plataforma Debit, assume e expressamente concorda com estes Termos e Condições de Uso.

Parte I

Condições Gerais

1. Sobre o Mais Jurídico

1.1. Projetado para atender as necessidades de gestão de escritórios de advocacia de todos os portes, em quaisquer áreas de atuação, desde a pequena até a grande empresa. Atende as necessidades das áreas operacional, administrativa e financeira, possui diversas ferramentas, como: agenda, contratos, processos, serviços extraprocessuais, financeiro, armazenamento, emissão de boletos, Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED), busca nos Diários Oficiais e andamentos cadastrados pelos órgãos públicos e relatórios.

1.1.1. O Mais Jurídico não é um intermediário, agenciador ou parte na prestação de serviços realizada pelos Diários Oficiais ou outro órgão público ou privado que publique os andamentos de processos ou procedimentos sob sua atribuição, competência ou jurisdição. A Plataforma Debit fornece uma solução tecnológica que, de forma supletiva à obrigação do Contratante de fiscalizar diretamente o andamento do processo, facilita a busca ("Serviço de Busca") e o cadastramento de andamentos processuais ("Cadastramento Automático").

1.1.2. O Mais Jurídico, em seus Serviço de Busca e Cadastramento Automático se destinam, a evitar o trabalho manual do Contratante em copiar as publicações - disponibilizadas nos Diários Oficiais - e andamentos processuais - disponibilizados pelos órgãos públicos - em sua ferramenta de Gestão de Processos.

2. A Plataforma Debit não se responsabiliza

- 2.1. Pelo descumprimento de prazos cominados nos andamentos ou por eventual outro compromisso, considerando que o Serviço de Busca e Cadastro Automático de andamentos processuais é meramente supletivo, não dispensando, portanto, a fiscalização direta sobre o andamento dos processos por parte dos Contratantes.
- 2.2. Pela formatação adequada das publicações e andamentos processuais, que serão cadastrados sem edição e exatamente como constam dos veículos de publicação, podendo incluir homonímia.
- 2.3. PELA PRECISÃO OU VERACIDADE DOS DADOS CADASTRADOS PELAS FERRAMENTAS DE BUSCA; E.
- 2.4. PELA OBSERVÂNCIA DAS CONDUTAS E REGRAS DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (“OAB”) PELOS CONTRATANTES.

3. Capacidade

- 3.1. A Plataforma Debit é destinada a pessoas físicas capazes e pessoas jurídicas devidamente representadas.
 - 3.1.1. O Usuário que realizar o cadastro em nome de uma pessoa jurídica assume e declara possuir poderes para representá-la no tocante a estes Termos e Condições de Uso e em outras disposições referentes ao uso da Plataforma Debit. O Usuário que realizar o cadastro em nome de pessoa jurídica responderá solidariamente perante o Mais Jurídico por qualquer violação a estes Termos, pelo abuso dos poderes de representação que tiver ou à legislação aplicável.
- 3.2. O Mais Jurídico recomenda que a utilização da Plataforma Debit pelos Usuários não ocorra em confronto com as determinações da OAB com relação à prestação de serviços e outras atividades de suporte à prática jurídica.

4. Disponibilidade da Plataforma Debit

- 4.1. O Mais Jurídico irá empreender seus melhores esforços para garantir a maior disponibilidade possível da Plataforma Debit e de seus serviços/produtos. Todavia, nós não somos responsáveis por qualquer indisponibilidade da Plataforma Debit ou de seus serviços/produtos, por qualquer período ou momento.
- 4.2. O acesso à Plataforma Debit pode ser interrompido, suspenso ou ficar intermitente temporariamente, sem qualquer aviso prévio, em caso de falha de sistema ou

servidor, manutenção, alteração de sistemas, ou por qualquer motivo que escape ao controle do Mais Jurídico, sem que se faça devida qualquer reparação por parte deste.

- 4.2.1. Para que as ocorrências acima não causem dano, prejuízo ou perda aos Usuários, recomendamos fortemente que os Usuários façam diariamente o download do PDF para back-up das informações cadastrais disponíveis, sendo certo que não será devida qualquer reparação ou indenização por parte do Mais Jurídico, isentando-o de responsabilidade.

5. Conteúdo

- 5.1. O Mais Jurídico irá se esforçar para manter o conteúdo da Plataforma Debit atualizado e completo, livre de quaisquer defeitos ou vírus. Contudo, o Mais Jurídico não é responsável por esses e outros possíveis problemas. O Mais Jurídico poderá alterar o conteúdo da Plataforma Debit a qualquer momento, sem prévio aviso.
- 5.2. Parte das informações disponíveis na Plataforma Debit são geradas e transmitidas por terceiros, sem o envolvimento ou responsabilidade do Mais Jurídico. O Mais Jurídico nunca irá alterar o conteúdo que for produzido por terceiros.
- 5.3. O Usuário concorda em usar a Plataforma Debit de boa-fé, sem usar, carregar, transmitir ou enviar da Plataforma Debit ou para a Plataforma Debit qualquer material:
 - 5.3.1. Que seja de cunho violento ou ameaçador, difamatório, obsceno, ofensivo, pornográfico, abusivo, passível de incitar qualquer forma de ódio racial, discriminatório ou em violação de privacidade de terceiro;
 - 5.3.2. Para o qual não tenham sido obtidas pelo Usuário todas as licenças e/ou aprovações necessárias;
 - 5.3.3. Que constitua ou incite condutas que possam ser consideradas ilícitos criminais ou civis, que violem direitos de terceiros seja no Brasil ou no exterior ou que sejam meramente ilegais sob qualquer outra forma;
 - 5.3.4. Que sejam tecnicamente danosas, incluindo, mas não limitado a vírus de computador, macros, “cavalos de tróia”, worms, componentes maliciosos, dados corrompidos e outros programas ou dados de computador maliciosos ou que sejam projetados para interferir, interromper ou derrubar as operações normais de um computador; e,
 - 5.3.5. Que tenha como objetivo fraudar, dissimular ou comprometer o bom funcionamento da Plataforma Debit, seja pela violação de protocolos de segurança ou qualquer outro meio.

- 5.4. Você deve zelar para que seu uso da Plataforma Debit e dos serviços não seja prejudicial à estabilidade e disponibilidade destes. Caso isso ocorra, Você poderá ser responsabilizado pelos prejuízos a que der causa.
 - 5.5. O Mais Jurídico poderá ser requerido a cooperar com autoridades e com diligências judiciais que visem a identificar os Usuários que atuem em descumprimento com as disposições deste item 5.
 - 5.6. O Mais Jurídico poderá, a qualquer momento e a seu exclusivo critério, adicionar ou remover conteúdos e funcionalidades da Plataforma Debit sem que isso caracterize, sob qualquer forma, ofensa aos direitos adquiridos dos Usuários.
6. Direitos de Propriedade Intelectual
- 6.1. O uso comercial do nome, dos desenhos e da expressão “Mais Jurídico” como nome empresarial, marca, ou nome de domínio, bem como os conteúdos das telas relativas aos Serviços do Mais Jurídico assim como os programas, bancos de dados, documentos e demais utilidades e aplicações que permitem ao Usuário acessar e usar sua Conta de Usuário são de propriedade do Mais Jurídico e estão protegidos por todas as leis e tratados aplicáveis.
 - 6.2. O uso indevido e a reprodução total ou parcial dos conteúdos em violação a propriedade intelectual são proibidos. Caso deseje utilizar algum destes conteúdos, Você deverá entrar em contato conosco antes de fazê-lo. Usar qualquer conteúdo aqui mencionado sem a prévia e expressa autorização do Mais Jurídico poderá acarretar em responsabilizações penais e civis.
7. Links
- 7.1. Em virtude de nossas parcerias ou por acreditarmos que possa ser de seu interesse, nós poderemos “linkar” em nossa Plataforma Debit, a nosso exclusivo critério, outros websites e funcionalidades da internet, sem que isso signifique que esses websites sejam de propriedade ou operados pelo Mais Jurídico.
 - 7.2. O Mais Jurídico não será responsável pelos conteúdos, práticas e serviços ofertados por estes websites.
 - 7.3. A disponibilização de links para outros websites não implica em relação de sociedade, de supervisão, de cumplicidade, empreendimento conjunto (joint venture), solidariedade ou de garantia do Mais Jurídico para com esses websites e seus conteúdos.

8. Privacidade

8.1. A privacidade dos Usuários é muito importante para o Mais Jurídico. Ao nos prover com suas informações pessoais, Você nos autoriza a divulgar e/ou utilizar estas informações estritamente nos termos previstos na nossa Política de Privacidade, que está disponível na Plataforma Debit em [<https://www.maisjuridico.com.br/termos.pdf>] .

9. Rescisão

9.1. Para promover o bom funcionamento e qualidade dos serviços da Plataforma Debit, o Mais Jurídico se reserva no direito de, sem a necessidade de notificação prévia, impedir ou interromper o acesso do Usuário que, segundo o Mais Jurídico, estiver atuando de qualquer forma a violar qualquer disposição destes Termos e Condições de Uso, da Política de Privacidade ou de qualquer contrato celebrado por meio da Plataforma Debit.

10. Demais Condições

10.1. O Mais Jurídico é uma empresa brasileira e a Plataforma Debit e seus serviços são criados e mantidos em fiel cumprimento às leis brasileiras e demais tratados que são incorporados à jurisdição brasileira. Caso Você esteja usufruindo de nossos serviços fora do Brasil, Você será responsável pelo cumprimento das leis locais, na medida em que forem aplicáveis.

10.2. Estes Termos e Condições de Uso, bem como qualquer outra disposição referente ao uso da Plataforma Debit, não estabelece qualquer vínculo societário, trabalhista de representação, agenciamento, consórcio ou de qualquer outra natureza entre os Usuários e o Mais Jurídico.

10.3. Caso o Mais Jurídico deixe de exercer qualquer direito previsto nestes Termos e Condições de Uso, isto não deverá ser interpretado como uma renúncia, abdicação ou revogação de disposição constante destes Termos e Condições de Uso.

10.4. Todos os itens destes Termos e Condições de Uso serão regidos pelas leis vigentes da República Federativa do Brasil. Para dirimir quaisquer controvérsias é eleito o Foro da Cidade de São Paulo no Estado de São Paulo, exceção feita a reclamações apresentadas por Usuários que se enquadrem no conceito legal de consumidores, que poderão submeter suas queixas que não encontrarem solução amigável ao foro da cidade em que forem radicados, conforme artigo 101, I do Código de Defesa do Consumidor.